

Introdução

Na sociedade atual, o homem possui um vasto acesso às informações sobre os acontecimentos de seu país e do mundo; no entanto, alguns fatos são desconhecidos pela população em geral, possivelmente por causarem um certo mal-estar em seus espectadores, pois trazem à tona a fragilidade de nossas vidas e das relações que estabelecemos com os demais indivíduos.

Um exemplo disto são as estatísticas sobre o número de crianças e adolescentes desaparecidos: segundo o Ministério da Justiça (Brasil, 2007), 40.000 ocorrências de desaparecimento de menores de 18 anos são registradas anualmente em todo território nacional. Destes casos, 85% a 90% são resolvidos em dias ou semanas; porém, de 10% a 15% destes permanecem sem esclarecimento por longos períodos de tempo, podendo, até mesmo, nunca ser solucionados. Poucas pessoas possuem este dado e, quando este é veiculado, descrença e assombramento são os sentimentos que melhor descrevem a reação do público.

Deparei-me com esta realidade pela primeira vez no ano de 2004, ao cursar a Especialização em Psicologia Hospitalar no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Nesta instituição, acompanhei o caso de uma mulher que há dois anos tinha um filho desaparecido e, desde o ocorrido, havia perdido o emprego, estava em processo de separação do marido (que, segundo ela, a culpava pelo desaparecimento do menino) e queixava-se de não mais conseguir ser carinhosa com os outros 3 filhos, os quais sentiam-se negligenciados. *“Como é possível ser mãe de dois quando se foi mãe de três?”*, disse-me ela em um dos atendimentos.

Ao acompanhar este caso, pude constatar um comprometimento significativo no funcionamento desta mulher nos âmbitos individual, familiar e social, com prevalência de sentimentos de culpa e desesperança acentuados relacionados ao desaparecimento de seu filho. Passei a me perguntar: existiriam reações “esperadas” diante do desaparecimento de um ente querido? Podemos falar em perda quando não há certezas, apenas indefinições, medos e fantasias?

Quando quem desaparece misteriosamente é uma criança, que variáveis estão envolvidas neste processo?

Decidi aprofundar-me neste universo e investigar o impacto do desaparecimento de uma criança. Ao pesquisar sobre o tema, constatei que a bibliografia nacional é escassa; poucos trabalhos falam sobre o desaparecimento de menores e, os que tratam do assunto são, em sua maioria, textos sobre o período de Ditadura Militar no país. Outros livros e textos versam especificamente sobre a perda de filho, as reações de pais e mães enlutados e o processo de elaboração de luto, mas, nestes casos, a perda se dá geralmente por morte. O que dizer, então, sobre as especificidades do luto em casos de desaparecimento? Podemos identificar o luto de pais de crianças desaparecidas assim como nos casos de perda por morte? Como lidar com as particularidades de uma perda na qual o ente querido, embora ausente fisicamente, não pode ser dado nem como morto, nem como vivo? Que reações o indivíduo, a família e a sociedade apresentarão?

Prosseguindo com minhas investigações, pude perceber que o desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil, assim como em outros países, tem aumentando vertiginosamente nas últimas décadas; em especial, nas grandes regiões metropolitanas. Só no Rio de Janeiro, entre os meses de janeiro de 2007 a dezembro de 2007, foram abertas 145 ocorrências de desaparecimento de menores de 18 anos em todo o estado, sendo que apenas 29 casos haviam sido solucionados satisfatoriamente até o encerramento deste estudo (FIA, 2007).

Fez-se evidente que, apesar da grande incidência de desaparecimentos de crianças e adolescentes em nosso país, poucos são os estudos relacionados ao tema. Por esta razão, o presente trabalho tem como objetivo preencher parcialmente esta lacuna, de forma a ampliar esta discussão, dando voz a uma população que tem seus gritos de dor, angústia e impotência abafados; cidadãos negligenciados por nossa sociedade. Este estudo será, portanto, dedicado a todos aqueles, direta e indiretamente, marcados por esta terrível realidade.

Iniciaremos o Capítulo 1 com uma breve retomada histórica sobre o nascimento do conceito de infância e o processo de construção social do papel das mulheres como esposas e mães devotadas e abdicadas a partir do século XVIII. Utilizando dados apresentados por Ariès (1981) e Badinter (1985), relembremos o lugar da criança na Antiguidade, seu ingresso precoce na sociedade e a posterior

ruptura do modelo criança / pequeno adulto para um período de supervalorização não só da infância, mas também da mulher, que alcança um novo status a partir de sua relação com a prole.

Como afirma Badinter (1985), às mães da Antiguidade eram censuradas expressões de carinho e afeto pelos filhos; já a partir do século XVIII, estes valores se invertem, e a sociedade passa a exigir que as mulheres não só demonstrem seus sentimentos pela prole, mas, principalmente, os tenham como algo inato. As mulheres, portanto, passam a ser responsáveis pela saúde, bem-estar e felicidade de seus filhos, comprometendo-se a satisfazer totalmente as necessidades destes. Mas tudo tem um preço: a responsabilidade torna-se culpa se algo de mal acontecer aos pequenos, e é a mãe, apenas a mãe, quem assumirá este fardo.

Mas teriam estas representações sociais sobre o papel da mãe sobrevivido todos estes séculos ou teriam os anos de emancipação feminina modificado estas rigorosas imposições do exercício da maternidade? Diversos autores concordam: o binômio mulher/mãe prevaleceu, e as mulheres ainda são as principais cuidadoras dos filhos, responsáveis por sua educação e saúde. Isto nos remete à pergunta: se o amor materno é incondicional e a mulher é vista como onipotente e onipresente na relação com os filhos, como ela reagirá à morte de um de seus descendentes? E se, ao invés disto, este filho desaparece misteriosamente? Que sentimentos emergirão frente à constatação trágica de que a criança tem seu paradeiro indefinido? Como lidar com as incertezas que rondam estes casos? Não há respostas... estaria a criança viva ou morta?

No Capítulo 2 adentraremos no tema do luto e suas especificidades nos casos de perda de filho. Faremos uma breve introdução sobre a formação e o rompimento de vínculos, utilizando como referência a Teoria do Apego, postulada por John Bolwby (1990), articulando-a com os conceitos apresentados por diferentes autores sobre a teoria do luto (em especial, sobre luto materno). Também neste capítulo, apresentaremos o conceito de perda ambígua, cunhado pela autora Pauline Boss (2001), e as particularidades do processo de enlutamento nos casos de desaparecimento.

Para realização desta reflexão, partimos de alguns pressupostos: quando falamos de desaparecimentos, definitivamente não estamos tratando de um tipo comum de luto. Se quem desaparece é uma criança, como reagem as mães? Seguir

a vida sem um filho é, certamente, um desafio para as mulheres, e nunca sem sofrimento, mas muitos questionamentos são particulares a este tipo de situação, tais como: como chorar pela perda de uma criança que ainda pode estar viva? Como se desfazer de seus pertences, se ela pode voltar ao convívio familiar? Por outro lado, é possível manter indefinidamente viva a esperança do reencontro, mesmo após anos de ausência? Boss (2001)³ nos dá algumas pistas quando afirma que:

...a perda é desconcertante e as pessoas se vêem desorientadas e paralisadas. Não sabem como se portar nessa situação. Não podem solucionar o problema porque não sabem se este (o desaparecimento) é definitivo ou temporário (...) a incerteza impede que as pessoas se adaptem à ambigüidade de sua perda, reorganizando os papéis e as normas de suas relações com os outros queridos (...) se agarram à esperança de que as coisas voltem a ser como eram antes... (p.20)

Em outros dois trechos, a autora explicita o porquê da utilização do conceito de perda ambígua nos casos de desaparecimento ao enfatizar a dualidade vivida pelos envolvidos. Se por um lado, “...dada à falta de certezas, é compreensível que as pessoas continuem a manter a situação, pois, de certa forma, esperam que a pessoa desaparecida retorne algum dia.” (p.38), por outro lado, a ausência prolongada e indefinida do ente querido confirma diariamente a perda, gerando dor e tristeza. Os enlutados acabam estagnados, à espera de algo que pode nunca chegar e, segundo Boss (2001), “... não podem tomar decisões, não podem atuar, nem tampouco se libertar.” (p.65).

Outro pressuposto de nosso estudo está pautado nos achados de Alvarenga e Villaherrera (2004)². As autoras realizaram diversos grupos com famílias de pessoas desaparecidas em El Salvador e puderam constatar que as mulheres são socialmente educadas e cobradas a demonstrarem sentimentos de amor e devoção pelos filhos e, em contraposição, sentem-se extremamente culpadas se um filho desaparece. Na tentativa de recuperar o senso de onipotência materna, perdido no

³BOSS, P. *La perdida ambigua: cómo aprender a vivir con un duelo no terminado*. Barcelona: Gedisa. 2001. Todos os trechos desta obra, citados no presente estudo, foram traduzidos pela autora desta dissertação.

²ALVARENGA, G.H.; VILLAHERRERA, R.A.L. *Tejiendo nuestra identidad: intervención psicosocial en la problemática de la niñez desaparecida en El Salvador*. 1 ed. El Salvador: Asociación Pro-Búsqueda, 2004. Todos os trechos desta obra, citados no presente estudo, foram traduzidos pela autora desta dissertação.

dia em que a criança desapareceu, estas mulheres envolvem-se em uma busca desesperada por seus filhos, muitas vezes negligenciando suas próprias necessidades, as de seus familiares e amigos. As autoras concluíram que as incertezas e indefinições próprias à situação de desaparecimento podem comprometer o desempenho global destas mulheres, acarretar outras perdas (individuais, familiares, financeiras, sociais) e, conseqüentemente, dificultar ainda mais o processo de re-significação da perda vivida.

O desaparecimento, portanto, é um tipo de perda único, que traz implicações importantes para a saúde física e emocional dos envolvidos, em especial às mães. Como lidar com a dor, a angústia e o sofrimento diante do desaparecimento abrupto e indecifrável de um filho? Há elaboração possível quando a realidade daquele que não está presente é duvidosa? Como enlutar-se e, por outro lado, como não se enlutar?

No Capítulo 3, apresentaremos os objetivos desta pesquisa, seguidos da descrição da metodologia utilizada. Foram participantes deste estudo 11 mães de crianças desaparecidas, cadastradas no Programa S.O.S Crianças Desaparecidas da Fundação para Infância e Adolescência do Governo do Estado do Rio de Janeiro. A coleta de dados foi realizada entre os meses de abril e setembro de 2007, e o tempo de desaparecimento foi de no mínimo 1 ano e meio e no máximo de 5 anos e 3 meses. Para melhor compreensão do leitor, faremos uma breve apresentação de cada caso (informações complementares estarão disponíveis no Anexo 1. *Tabela de participantes*).

Para avaliação dos dados obtidos, utilizamos o método de análise de conteúdo, agrupados em 4 categorias, descritas como: 1) *impacto do desaparecimento*; 2) *relacionamento com marido / companheiro / namorado / pai da criança*; 3) *relacionamento com outros filhos*; 4) *enfrentando o desaparecimento: facilitadores e complicadores*.

Finalmente, no Capítulo 4, apresentaremos algumas considerações finais, articulando os pressupostos iniciais e os resultados obtidos, além de propostas de novos trabalhos e projetos de intervenção que estejam, direta ou indiretamente, relacionados à população estudada.

Que comece, então, este nosso árduo, mas gratificante percurso! Não pretendo esgotar o tema em sua complexidade e extensão, mas acredito que, somente a partir deste pequeno passo proposto por esta investigação, poderemos dar início a uma longa e importante caminhada.